

REFLEXÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM PROVÉRBIOS NA LATINIDADE MEDIEVAL

Álvaro Alfredo Bragança Júnior,
da UFRJ e da ABRAFIL

1. INTRODUÇÃO

A tradição fabulística de Esopo, Fedro e Aviano legou à humanidade o uso de animais como imagens refletidas, metáforas do próprio homem, com seus sentimentos nobres e vis. Joyce E. Salisbury em *The beast within. Animals in the Middle Ages* salienta o papel dos animais para o próprio autoconhecimento do homem, pois quando "... as pessoas podem ver um animal agindo como um homem, a metáfora pode ser eficaz nos dois sentidos, revelando o animal dentro de cada ser humano." (1994:105)

A partir da herança clássica, os animais ganharam cada vez maior prestígio dentro da literatura medieval. Esopo, Fedro e Aviano influenciaram na confecção de fabulários, bestiários e livros de falcoaria, obras de grande circulação nos meios intelectuais e entre os nobres. Intelectuais medievais como Babrius, Maric de France, Odo de Cheridon, homens e mulheres da Igreja divulgavam histórias sobre animais que supostamente instavam as pessoas a uma conduta moral superior (1994:105). A partir do século XII foram incluídos nos sermões **exempla** e **proverbia** com o uso de animais para, segundo a recomendação de Bernardo de Claraval, "estimular o intelecto do leitor" (1994:126).

Várias foram as funções dos animais presentes nos textos medievais. Essencialmente, as principais referiam-se a eles como símbolos do trabalho, de comida e de paródia ao comportamento humano. Dentre eles, temos o lobo, a raposa, o leão, o cão, o cordeiro, a serpente, o boi, o sapo, o burro, o macaco, o gato, a cegonha, o esquilo e o veado. Dos animais imaginários, abundantes também na literatura da época, temos o unicórnio, o dragão e seres ambíguos (metade ser humano, metade animal), como o centauro e a sereia.¹

Os animais, portanto, veiculavam mensagens, que serviam para a reflexão do ouvinte/leitor (se adotarmos a dualidade produção escrita, destinada a um público *litteratus* X oralidade, presente, por exemplo, nas homilias e sermões), mensagens essas que estavam imbuídas de uma sabedoria experiencial aliada à sabedoria primeira oriunda do conhecimento e aplicação diária da palavra de Deus.

¹ Devido ao espaço limitado não serão tratados aqui os animais fantásticos.

2. ALGUMAS ESPÉCIES ANIMAIS E SEU USO NO DISCURSO PAREMIOLÓGICO

Bos

Provérbio: **Bos bos dicetur, terris ubicumque videtur.**
(manuscrito **Ba** 24)²

Tradução: O boi se chamará boi em qualquer terra onde for visto.

Economicamente, a importância do boi para a Idade Média era inconteste. Como fornecedor de alimentação e utilizado para arar o solo, o boi era considerado um animal doméstico, cuja disseminação em terras européias já estava consolidada desde a Alta Idade Média. Seu valor como bem material era, pois, grande, como sintetiza Joyce Salisbury (1994, 34): “Depois dos animais de guerra ou de caça, os mais valorizados eram aqueles utilizados para o trabalho. Bois e éguas faziam a maior parte do duro trabalho de arar, desterroar, debulhar e puxar carros e todos os códigos os colocavam em alto grau.”

Uma outra visão medieval do boi consistia em inseri-lo, assim como o cordeiro e o asno, dentro da história cristã, pois segundo os textos da época pesquisados por Jeffrey Russell, um boi jamais seria possuído pelo demônio, porque aquele estivera presente no nascimento de Cristo e mais ainda, “além de suas associações com o nascimento de Jesus, o boi era provavelmente um animal tão mundano, tão associado à propriedade, para ser unido à presença diabólica.” (apud SALISBURY, 1994, 141)

Com toda certeza, esse grau de “mundanidade” transformou a figura do boi no correr da Idade Média em um animal “inferior”, ou seja, refletia exatamente as condições reais de seu trabalho servil. Tecendo comparações com os servos da gleba e demais tipos de vassalos, então, vemos o animal representar metaforicamente a classe serviçal, o que para nós se torna evidente no provérbio **Ba** 24, composto em verso leonino, pois em qualquer lugar onde esteja, o boi – servo da gleba, vassalo – será sempre reconhecido e chamado de acordo com seu *status* social.

Um outro provérbio da época, **Bos fenum comedit, cum pectoris ira recedit**, “o boi come o feno, quando a ira de seu peito se afasta” – manuscrito **Ba** 13 – também mostra o quadrúpede em aparente quietude, porém aqui aludin-

² Os manuscritos abaixo listados estão presentes na obra de Werner, indexada na Bibliografia: a) manuscrito **B** - A.XI., Biblioteca da Universidade de Basel, Suíça. Werner considera a redação do mesmo como tendo sido feita no primeiro quartel do século XV. Trata-se de uma coleção de, na maioria das vezes, sentenças de duas linhas ordenadas alfabeticamente, ao lado das quais, com frequência, a fonte é citada;

b) manuscrito **Ba** - o mesmo manuscrito, porém, contém entre as folhas 236–283 uma coleção de sentenças, provérbios e citações de escritores clássicos, que, do mesmo modo, são ordenados alfabeticamente.

c) manuscrito **D** - Darmstadt 2225, século XV (na capa, ano de 1410).

d) manuscrito **K** - Munique, Biblioteca do Paço, século XIII;

e) manuscrito **P** - Paris, Biblioteca Nacional, Lat. 6765, século XII;

f) manuscrito **Sch** - Munique, Biblioteca do Paço e da Cidade, século XII;

g) manuscrito **SG** - de Sankt Gallen, Biblioteca do Convento, século XV (1462).

do a uma *ira pectoris* anterior, que nos leva a conjecturar uma possível tentativa de sublevação contra sua vida – metaforicamente, a posição social do homem medieval –, que termina com alguns bons feixes de feno, ou seja, tendo a alimentação como sustento, nada mais há para o homem comum almejar no mundo medieval. Nota-se nesta parêmia em verso leonino a monotongação do ditongo *oe* em *e* no caso de *foenum* > *fenum*. Ressalte-se, do mesmo modo, o uso já corrente da forma verbal *comedit* “come” e não *edit*, onde a primeira já suplanta a segunda, da qual é um composto.

Canis

Provérbio: **Dum canis os rodit, socium quem diligit odit.**

(manuscrito B 9)

Tradução: Enquanto o cão rói o osso, odeia o companheiro, a quem estima.

O cão teria sido o primeiro animal a ser domesticado pelo homem. Descendente do seu ancestral lupino, o *canis canis* possuía durante a Idade Média um valor que poderia ser auferido de acordo com a tarefa à qual era confiado. No *Bestiário* do século doze, citado por Salisbury (1994:18), vemos explicitadas não apenas algumas de suas espécies, mas também suas qualidades e atribuições:

Há numerosas espécies de cães. Algumas seguem a pista das criaturas selvagens dos bosques para caçá-las. Outras guardam vigilantemente os rebanhos contra as infestações de lobos. Outras, os cães domésticos, cuidam das paliçadas de seus donos, a fim de não sejam roubados à noite pelos ladrões e para defender seus donos até a morte. Eles prazerosamente despedaçam a caça com o dono e sempre guardarão seu corpo quando morto, e não o deixarão. Em suma, é parte de sua natureza que eles não podem viver sem os homens.

Quanto à caça, a ajuda dos cães era sobremaneira útil, pois, inclusive, como descreve Joyce Salisbury (1994, 45-46), tal atividade

era uma caçada altamente ritualizada que dependia de um mastim especialmente treinado, o qual conduzia um caçador até um animal apropriado para a caça. Então, muitos cães seriam soltos para caçar o animal enquanto seus tratadores os seguiam, guiando e encorajando os mastims com gritos e berrantes. Uma vez que os cães obrigassem o animal a parar, eles o acuariam latindo, enquanto um dos caçadores o matava com uma espada ou com uma lança.

A dedicação dos cães a seus donos resumia-se assim, por um lado, à idéia de servidão, pois a sua lealdade tornava-os servos de seus senhores. Uma outra postura era assumida, quando se atribuía ao cão defeitos como ganância, gosto pelo litígio e tagarelice. Ao mencionar uma fábula de Marie de France, onde o cão é personagem central, Joyce Salisbury (1994,133), ao sumarizar a evolução dessa apreciação negativa do animal, formula que “Os primeiros

pensadores medievais constantemente atribuíam características desagradáveis para o melhor amigo do homem. Tertuliano escreveu que os cães eram impuros e Boécio disse que eles eram impacientes e ladravam sempre”.

A confluência dessas duas caracterizações do cão como guarda e como litigante está bem visível na remissão à figura do mitológico Cérbero, cão que guardava as portas da região infernal na mitologia grega. Nos *Carmina Burana* 131 e 131 **a** menciona-se que “Pape ianitores / *Cerbero* surdiores” – “os porteiros do papa / são mais surdos do que Cérbero”–.

Em **B** 9, composto em verso leonino, percebe-se a ganância como principal marca distintiva desse cão, que na hora de roer seu alimento odeia o companheiro, a quem pouco tempo atrás estimara. O sentimento de sociabilidade canina desaparece a partir do momento em que o alimento está à disposição. Isto sucede, do mesmo modo, em **B**, onde lemos

**Ne latrare velit canis, os precluditur osse;
Sic, ut homo parcat, patet illud munera posse.**

e que traduzimos como

Para que o cão não ladre, sua boca está fechada com um osso;

Assim, para que o homem economize, torna-se evidente que possua bens.

Este provérbio em versos *caudati*, que tem em *precluditur* com a redução do ditongo *ae* para *e*, e com o significado de “fechar, tapar, obstruir” um termo com a monotongação típica em textos medievais, equipara o comportamento do cão ao do homem, cada um cuidando de suas riquezas, o osso e os bens materiais, como se estivessem a guardá-los com avidez, o que nos leva a corroborar as palavras de Joyce Salysbury (1994, 131) ao registrar que

portanto, na classificação metafórica medieval, os cães perderam seu grande status em conformidade por serem carnívoros, porque eles eram, portanto, servos. Na ordem social medieval que se tornou modelo para o mundo animal, os cães foram situados em uma classe social mais baixa do que a dos predadores livres.

Equus

Provérbio: **Gratis quando datur equus, os non inspiciatur;**

Non contemnatur, si morbidus esse putatur. (manuscrito **B**)

Tradução: Quando um cavalo é dado gratuitamente, não se examine sua boca;

Não seja ele desprezado, a não ser que doente seja considerado.

Como meio de locomoção e posteriormente, durante a Idade Média, como força de trabalho, os cavalos tiveram decisivo papel na história da humanidade. Na Antigüidade, Bucéfalo foi imortalizado por seu dono, Alexandre Magno, que mandou erigir em sua memória, às margens do rio Idaspe, a cidade de *Bucephala*. Campanhas militares foram ganhas pelos romanos através do uso constante da cavalaria como força principal de ataque. Convém ressaltar, que em latim o termo *equus* designa o cavalo da nobreza, apto para o combate e

conseqüentemente muito bem tratado, enquanto a palavra *caballus* possui o significado de cavalo ruim e cansado, como atesta Saraiva (1910:161)

No período medieval, mais precisamente, entre os séculos XII e XIII, enquanto nas regiões de língua alemã, o serviço de lavra do solo era efetuado exclusivamente por bois³, na França o cavalo começou a ser usado nesta função. Joyce Salisbury comenta que “bois e cavalos serviam às funções de propriedade tanto no trabalho quanto como bens materiais, fazendo-se deles os animais mais altamente valorizados nos povoados.” (1994:24). No que tange à “revolução agrícola” motivada pelo uso do cavalo, Jean Gimpel (1976, 52) nos dá um panorama daquele momento histórico:

Como a superfície das lavras ia aumentando, as técnicas agrícolas sofreram profundas mutações e melhoraram consideravelmente. Para a exploração da grande propriedade agrícola, como para a da humilde parcela do servo, os animais de tiro adquiriram um valor inestimável e a promoção do cavalo como força motriz foi um dos trunfos poderosos que permitiu a expansão da economia, não apenas no domínio das lavras, mas também no do transporte dos materiais pesados.

A importância deste animal também foi atestada por autores medievos. Jordanus Rufus, citado por Salisbury (1994:28), relata que “Nenhum animal é mais nobre do que o cavalo, já que é pelos cavalos que os príncipes, magnatas e cavaleiros são separados das pessoas inferiores e porque um lorde não pode adequadamente ser visto entre cidadãos comuns exceto através da mediação de um cavalo”.

O espírito do animal, apropriado para as ações bélicas dos cavaleiros, é do mesmo modo valorizado. Sua descrição feita por Isidoro de Sevilha e citada pela pesquisadora americana (1994, 30) nos esclarece seu alto prestígio:

A vivacidade dos cavalos é grande. Eles triunfam nos campos de batalha; eles farejam o combate; eles são excitados à luta pelo som de uma trombeta... Eles são infelizes quando conquistados e alegram-se quando vencem. Eles reconhecem em batalha seus inimigos em tamanha extensão que se dirigem contra seus adversários em disparada.

O valor do cavalo, então, associava-se ao desempenho de suas funções como montaria de combate ou como força de trabalho nos campos. No provérbio em versos *unisoni* oriundo do manuscrito de Basel, evidencia-se o valor utilitário da aquisição gratuita do animal, alertando-se nas entrelinhas, contudo, para o fato de que sempre se deve aceitar um presente, a não ser que este chegue deteriorado. O endereçamento a todos aqueles, sobretudo de classes inferiores, fica então patenteado, se acompanharmos a própria mensagem proverbial daí decorrente em português, onde “A cavalo dado não se olha os dentes”, que praticamente ao mesmo tempo em que aconselha, ordena o recebimento da prenda.

³ Cf. SALISBURY, Joyce E. (1994: 21).

Lepus

Provérbio: **Qui silva latitat, leporis mensam caro ditat.** (manuscrito P 140)

Tradução: A carne da lebre enriquece a mesa daquele que se esconde na floresta.

Vistas apenas como meros animais, desprovidas de significados simbólicos, as lebres serviram de fonte de alimentação durante as caçadas medievais. Joyce Salisbury escreve que as mesmas “ofereciam a melhor caça e os mastins podiam ser mantidos em forma para caçar gamos seguindo a rápida e astuta lebre.” (1994:52) Ao descrever uma iluminura da época, a estudiosa afirma que características do seu comportamento podiam ser até mesmo reconhecidas durante as caçadas com mastins:

Os caçadores medievais teriam reconhecido que o mastim... estava preparado para uma longa corrida, já que a lebre é mostrada com suas orelhas voltadas para frente. De acordo com os tratados medievais de caça, isso indicava que ela era forte e estava confiante em escapar. Somente quando ela mantinha suas orelhas para trás é que demonstrava cansaço.

A suspeita sobre a prática sexual do animal levava vários autores eclesiais, que se ocupavam da medicina, a não recomendarem a carne da lebre para consumo. Todavia aquela fazia parte de diversos livros culinários da época. Essa posição ambígua é assim sintetizada por Joyce Salisbury (1994, 52):

Alguns tratados médicos alertam que a carne da lebre causa insônia e produz humores de melancolia. Porém, a despeito de todas as advertências, os livros de receitas culinárias ofereciam receitas para carne de lebre, e parece muito plausível que as lebres tenham sempre formado uma parte da dieta medieval.

Metaforicamente, pode-se pelo menos remontar a presença da lebre à tradição fabulística greco-latina. Fedro menciona em *Lepus et bubulcus*, “a lebre e o vaqueiro”, a história do animal que pede proteção a um vaqueiro para não denunciar seu esconderijo a um caçador. Aquele não o faz com palavras, mas sim através do olhar, o que não é percebido pelo caçador. Ao final, ao inquirir o animal sobre sua atitude que salvou sua vida, recebeu o vaqueiro esta resposta: “*Linguae prorsus non nego habere atque agere gratias me maximas; verum oculis ut priveris opto perfidis*”, ou seja, “Não nego absolutamente que me sinto (reconhecida) e agradeço muito à tua língua, mas desejo que sejas privado dos pérfidos olhos.”⁴

O provérbio oriundo da biblioteca da universidade de Paris, composto em verso leonino, parece querer estimular o leitor a se esforçar na busca de algo melhor, pois a menção à carne da lebre *ditat*, “enriquece”, “enobrece”

⁴ Apud ESTEVES, Napoleão (1928: 28-29)

aquele que se esforça por alcançá-la, quase que espontaneamente nos levando a traçar um paralelismo temático com o conhecido provérbio, “Deus ajuda a quem cedo madruga”.

Uma outra fábula do mesmo autor, *Passer ad leporem consiliator*, “O pardal conselheiro para a lebre”, tem como fórmula moral que abre o texto, “*Sibi non cavere et aliis consilium dare / stultum esse paucis ostendamus versibus*”, isto é, “Mostremos em poucos versos que é insensato não se acautelar a si e dar conselhos aos outros.”⁵ Na fábula, uma lebre é censurada pelo pardal por ter-se deixado, inadvertidamente, capturar por uma águia, no momento em que um açor o apanha e o mata sem misericórdia. As palavras finais da lebre moribunda refletem o ensinamento dos versos iniciais da fábula: “*Mortis en solacium! / Qui modo securus nostra inridebas mala, / simili querela fata deploras tua.*”, i.e., “Eis a consolação da morte! / (Tu) que há pouco descansado escarnecias de nossos males, / choras os teus destinos com igual queixume.”

A capacidade de reprodução do animal é citada em *Quot campo lepores, tot sunt in amore dolores*, “Tantas as lebres nos campos quanto as dores no amor” – manuscrito **Sch** 139, que, em verso leonino, compara a grande quantidade de lebres ao grande número de sofrimentos, ou em linguagem da lírica medieval galego-portuguesa, *coitas* de amor, sendo aqui, em nosso entender, a expressão proverbial um resultado da observação direta do mundo animal transplantada para a realidade do coração humano.

Sus

Provérbio: **Sus taciturna vorat, dum garrula voce laborat.** (manuscrito **P** 42)

Tradução: A porca silenciosa devora, enquanto trabalha com a voz loquaz.

No que concerne ao interesse da Europa Ocidental pelo porco como animal doméstico, temos os primeiros indícios com os anglo-saxões, que o incluíam em suas comunidades, como afirma Salisbury (1994,27). Outras tribos germânicas, como a dos francos, estabeleciam códigos legais que cuidavam de disposições sobre os rebanhos de suínos:

Nas leis dos francos, por exemplo, há mais leis regulamentando o trato com os porcos do que com qualquer outra espécie animal. As leis fazem referência a rebanhos de porcos com mais de cinquenta cabeças que eram cuidados por um porqueiro. Pelo menos um porco em cada rebanho portava uma campainha e era designado como “porco líder”, de maior valor do que o restante. Algumas vezes eles estavam nas pastagens e algumas vezes guardados em terrenos cercados.

Como fonte de alimentação, sua carne era uma das mais apreciadas, inclusive porque podiam ser abatidos ainda jovens, o que proporcionaria uma carne ainda mais tenra.

Por outro lado, conforme as Sagradas Escrituras, a carne de porco era

⁵ Ibidem, p. 51-54

considerada impura. No Velho Testamento, em Levítico 11.7, lê-se que não se pode comer o porco, “o qual tem a unha fendida, mas não ruma”. Apesar de se dirigir essencialmente aos judeus, a mensagem bíblica provocou questionamentos entre os pensadores cristãos. Joyce Salisbury (1994:61) assim esquematiza a situação especial da carne de porco:

O porco era bíblicamente impuro, mas era um prato favorito entre as tribos germânicas. Entretanto também havia precedentes bíblicos para ignorar tais proibições nas cartas de S. Paulo. Conforme esta tradição, Ambrósio disse, “Uma coisa ... parece-me ridícula, que alguém possa jurar se abster da carne de porco ... já que nenhuma criatura feita por Deus em ação de graças deve ser rejeitada.

Com o aumento do requinte à mesa dos nobres durante a Baixa Idade Média, a carne de porco começou a perder prestígio, tornando-se praticamente refeição da classe serviçal. Especialmente na Inglaterra, após a vitoriosa chegada dos normandos em 1066, os porcos foram considerados “animais de homens pobres”, enquanto os anglo-saxões o tinham em alta conta. Esta dieta alimentar dos servos parece ser exposta no provérbio P 42. A expressão em verso leonino descreve uma porca, que mesmo durante sua alimentação, solta seus grunhidos característicos. Tal fato alude aos modos inconvenientes dos vassallos à mesa, pois uma das marcas do código de ética da nobreza feudal germânica seria a *zuht*, alemão moderno *Zucht*, que representaria a educação formal necessária a todo homem pertencente à classe dirigente ou que a ela aspirasse.

Uma outra parêmia – manuscrito **Ba** 9 ratifica essa imagem, ao afirmar que *Sus magis in ceno gaudet quam fonte sereno*, “Um porco alegra-se mais por estar na lama do que em uma serena fonte”. O texto medieval apresenta em *cenum* a forma reduzida do ditongo clássico *ae*, todavia deixa transparecer em sua mensagem constatadora de uma condição social, que cada um tende, devido a sua própria natureza, a preferir determinados ambientes, o porco, impuro, a lama; e animais mais nobres uma serena fonte, ou seja, transportando para o mundo dos homens as diferenças básicas e “naturalmente” imutáveis entre as classes sociais.

Vulpes

Provérbio: **Ius sorbillasti, si vulpem tute vorasti.** (manuscrito **Sch** 81)

Tradução: Sorveste a justiça a pequenos tragos, se tu mesmo devoraste a raposa.

Seguramente um dos animais de maior incidência dentro da fabulística ocidental, a raposa aparece retratada como personagem em Esopo e Fedro. No *Livro de Esopo*, manuscrito em língua portuguesa da **Hofsbibliothek** de Viena, encontram-se seis fábulas, onde a raposa é uma das personagens centrais e do autor latino contabilizamos dez fábulas. Provavelmente, a mais conhecida delas é *De vulpe et uva*, “Sobre a raposa e as uvas”, na qual uma raposa faminta tenta debalde alcançar um cacho de uvas e comenta por fim que as mes-

mas não se encontravam suficientemente maduras para valer o esforço de alcançá-las, com o que o fabulista conclui, *Qui, facere quae non possunt, verbis elevant, / adscribere hoc debebunt exemplum sibi*, “Aqueles que rebaixam com palavras aquelas coisas que não podem fazer, / deverão aplicar a si este exemplo.”

Uma outra história, *Vulpes ad personam tragicam*, “A raposa para uma máscara de tragédia”, sintetiza perfeitamente a noção de esperteza atribuída ao animal. Ao deparar com uma máscara de tragédia, exclama o vulpino: “*O quanta species, inquit, cerebrum non habet!*”, “Oh, que beleza, disse, (mas) não tem cérebro!”, finalizando então o fabulista com a *moralitas*, “*Hoc illis dictum est, quibus honorem et gloriam / fortuna tribuit, sensum communem abstulit*, “Isto foi dito para aqueles a quem a fortuna concedeu honra e glória, (mas) tirou o senso comum”. A raposa, então, assume o papel de porta-voz social ao constatar que nem sempre acúmulo de bens materiais traz como contraparte a moderação e o senso comum.

A popularidade da raposa como animal sinônimo de astúcia destacou-se mais tarde durante a Baixa Idade Média com a publicação do *Romance de Reynard, a raposa*, escrito em línguas vernáculas e que obteve vinte e oito versões somente na França entre os anos de 1174 e 1250.¹⁰⁷ Como afirma Joyce Salisbury, ao tornarem a obra de maior conhecimento público, retirando esta forma de composição dos mosteiros e levando-a para a corte, os autores do texto ajudaram “a popularizar não apenas o épico ligado a animais, como estilo, mas também estes animais em particular.”¹⁰⁸ A história se passa na corte do rei Nobre, o leão, o que já nos dá a idéia da representação dos animais assumindo as típicas funções político-sociais características do medievo. Joyce Salisbury (1994, 123) assim resume o enredo da obra:

A história é aberta com os animais se queixando ao rei sobre injustiças por eles sofridas pelas mãos de Reynard. Todos, Isegrim, o lobo, Curtois, o mastim, Tibert, o gato, e Chanticleer, o galo, levantaram acusações formais contra a raposa. Isto fornece a estrutura para as escapadas subsequentes de Reynard, durante as quais ele é repetidamente chamado para prestar contas pelos seus crimes e repetidamente se salva devido a sua rápida perspicácia... A obra culmina em um tribunal com o combate entre Reynard e Isegrim, escrito com o tipo de detalhe que teria certamente deliciado a audiência da corte. Durante a batalha, a esperteza da raposa é dramaticamente contrastada com o poder do lobo.

Em nível social, portanto, privilegiava-se a astúcia da raposa. Isto pode ser observado a partir da regularidade com que o animal é mencionado em coleções de fábulas. Como predador, “a raposa representava alguém de alto *status* social, embora não tão poderosa quanto os leões ou lobos.”¹¹¹ O traço característico desses animais, a esperteza, foi incorporado da sua condição na natureza para a produção escrita intelectual medieval, como assevera Joyce Salisbury (1994:131),

As raposas, de fato e nas fábulas, eram conhecidas pela sua astúcia. Quando eram caçadas, as raposas podiam exceder a muitos cães em esperteza, e esta reputação adentrou o saber dos exempla para as fábulas e destas para os épicos animais, fazendo as raposas simbolizarem astúcia e artimanha.

para então concluir que

com esta ênfase na astúcia da raposa, o animal rapidamente veio a representar aqueles na sociedade que viviam através do seu intelecto, freqüentemente os conselheiros clericais ou da corte. Como os lobos, as raposas não eram necessariamente más. ... Sem dúvida, já que muitas destas histórias foram produzidas em mosteiros por pessoas que viviam de seus intelectos, estes recriaram a si próprios nas raposas de seus contos. (1994, 131)

No provérbio por nós selecionado, em verso leonino, temos um exemplo que condiz perfeitamente com uma possível criação monacal do mesmo. O sentimento de justiça, advindo do ato de se seguir os ensinamentos da raposa – Igreja –, estará seguramente presente com aquele que os assimilou. *Sorbillare* e *vorare*, respectivamente, “bebericar” e “engolir, devorar” são atos do vulpino, que, todavia, se coadunam com a mensagem de beber e degustar as palavras da Sagrada Escritura, interpretada pelos seus exegetas monásticos, onde a astúcia típica do animal seria benfazeja, na medida em que traria justiça ao coração do homem que a incorporasse.

Como mensagem sublinear de alerta a favor da manutenção da constância comportamental de um cristão e contra a adoção de ardis a ela contrários, simbolizados pela raposa, tem-se a parêmia, *Non sumes vulpes, cupias se prendere vulpes* – manuscrito SG 56 –, “Não pegues as raposas, deseja que elas se prendam por si mesmas”. Em verso leonino e com a já anteriormente mencionada monotongação de *ae* em *e* e posterior crase no verbo “*prendere*”, o provérbio parece sugerir-nos que não sigamos os exemplos enganosos daqueles animais, pois os mesmos acabam tornando-se vítimas de suas próprias artimanhas.

Como síntese, temos então especialmente durante a Baixa Idade Média uma produção paremiológica rimada que faz uso dos animais como espelhos do comportamento humano. Estes eram estimados conforme sua serventia dentro da comunidade, pois desde a época dos germanos, “em todos os códigos, o valor de um animal era baseado na função que ele servia para a comunidade mais do que em algum outro padrão”⁶ e com eles estabeleciam-se pontos de interseção e de afastamento com o homem. Devido ao desenvolvimento das relações sociais a partir da época carolíngia e à fixação crescente dos textos culturais da Antigüidade em latim por parte dos membros da Igreja, a representação dos animais em bestiários, fábulas e *exempla* foi deveras impulsionada. Ao citar a importância cultural das fábulas, Joyce Salisbury (1994, 116) comenta que “como os bestiários, as fábulas foram preservadas em comuni-

dades monásticas, tornando-se paulatinamente populares no século onze, e por volta do século doze emergiram por detrás dos muros dos mosteiros para divertir e influenciar a sociedade como um todo”.

Como elementos delineadores e condutores de um discurso social de manutenção de valores hierárquicos e perenes, os provérbios ligados ao mundo animal contribuíram, portanto, não apenas para divertir o público ouvinte e leitor, mas principalmente para ajudar o ser humano, segundo a visão de grande parte da intelectualidade oriunda do clero, a trilhar os caminhos deste mundo conforme os seus preceitos.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *A fraseologia medieval latina como reflexo de uma sociedade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1999. Tese de Doutorado em Letras Clássicas. (Inédito)
- DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *Idade Média, idade dos homens*. Do amor e outros ensaios. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, 1955.
- HASKINS, Charles Homer. *The renaissance of the 12th. century*. New York: Meridian Books, 1957.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Tradução de Augusto Abelaira. Lisboa: Ulisséia, /s.d./.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1983 (vol.1.); 1984 (vol.2).
- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Margarida Sérvulo Correia. 2ª ed.. Lisboa: Gradiva, /s.d./.
- LOYN, H. R. (Org.) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média*. São Paulo: Ática, 1989.
- NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1979.
- OTTO, A. *Die Sprichwörter und sprichwörtlichen Redensarten der Römer*. 2. Aufl. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1971.

⁶ Apud SALISBURY, Joyce E. (1994: 33)

- PERNOUD, Régine. *Luz sobre a Idade Média*. Tradução de António Manuel de Almeida Gonçalves. Mem Martins: Publicações Europa-América, /s.d./
- ROSSIAUD, Jacques. *A prostituição na Idade Média*. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SALISBURY, Joyce E. *The beast within. Animals in the Middle Ages*. New York; London: Routledge, 1994.
- WERNER, Jakob. *Lateinische Sprichwörter und Sinnsprüche des Mittelalters*. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1912.